



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - COMPANHIA ABERTA • CNPJ 04.913.711/0001-08 • NIRE 1530000114
Avenida Presidente Vargas, nº 251, Centro - CEP 66.010-000 - Belém-Pará



d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado a curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	30.06.2016	30.06.2015
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	4.566	73.039
Recompras a Liquidar - Carteira de Terceiros	270.001	-
Total	274.567	73.039

e. Despesas de captação:

	30.06.2016	30.06.2015
Depósitos de poupança	28.838	26.959
Depósitos interfinanceiros	17.338	11.901
Depósitos a prazo	136.529	133.405
Depósitos judiciais	225	1.070
Operações compromissadas - Carteira própria e Terceiros	15.222	11.242
Letras financeiras	16.556	10.376
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	2.780	3.951
TOTAL	217.488	198.904

11. Emissão de títulos

	30.06.2016	30.06.2015
Circulante		
Recursos de Letras Financeiras	190.435	7.270
Total do circulante	190.435	7.270
Realizável em longo prazo		
Recursos de Letras Financeiras	52.247	165.192
Total exigível em Longo prazo	52.247	165.192
TOTAL	242.682	172.462

12. Outras obrigações

	30.06.2016	30.06.2015
Circulante		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	23.779	21.974
Sociais e estatutárias	173	121
Fiscais e previdenciárias	25.631	21.655
Negociação e intermediação de valores Cheque administrativo	653	538
Contrato de assunção de obrigações	2.947	2.144
Obrigações para contribuições ao SFH	1	2
Obrigações por convênios	10.293	9.920
Obrigações por prestação de serviços	8.415	6.349
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	78.832	64.583
Credores diversos - País (b)	36.456	38.536
Passivo contingente - Trabalhista (c)	25.139	10.325
Passivo contingente - Cível (c)	10.148	11.301
Passivo contingente - Tributário (c)	2.802	2.834
Passivo contingente - Cessão de crédito rural com coobrigação	403	582
Total do circulante	225.672	190.864
Exigível em longo prazo		
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	4.560	12.931
Total exigível em longo prazo	4.560	12.931
TOTAL	230.232	203.795

(a) As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica "Provisões para pagamentos a efetuar" são:

	30.06.2016	30.06.2015
Circulante		
Provisão com Pessoal	35.989	34.527
Provisão com PLR	11.791	7.600
Obrigações Atuarial	12.241	10.059
Provisão para outras despesas administrativas	17.869	11.073
Outros	942	1.324
Total do circulante	78.832	64.583
Exigível em longo prazo		
Obrigações atuarial	4.560	12.931
Total do exigível e longo prazo	4.560	12.931
TOTAL	83.392	77.514

(b) Em 30 de junho de 2016 os valores registrados em credores diversos - país é composto em sua maioria pelas obrigações com a operadora do cartão de crédito BANPARÁ Mastercard pelo montante de R\$34.212 (R\$36.266 em 30.06.2015).

(c) Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: O Banco é parte em processos judiciais, de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para passivos contingentes envolve ações trabalhistas e cíveis e cessão de crédito rural, com coobrigação, e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas mensalmente com embasamento nas opiniões de seus assessores jurídicos. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Probabilidade de perda	Trabalhista	Cível	Tributárias	30.06.2016	30.06.2015
Provável	25.139	10.148	2.802	38.089	24.460
Possível (ii)	52.200	-	-	52.200	44.968
TOTAL	77.339	10.148	2.802	90.289	69.428

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo e cuja realização seja provável, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Ações	30.06.2016		30.06.2015	
	Quantidade de ações	Depósitos judiciais (R\$)	Quantidade de ações	Depósitos Judiciais (R\$)
Cíveis (i)	1.525	17.380	1.460	18.223
Trabalhistas (ii)	194	4.655	206	3.195
Tributárias (iii)	18	20.470	26	24.898
Total	1.737	42.505	1.692	46.316

Abaixo demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

(i) Processos cíveis - são pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, na maioria referente a protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e a reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro.

(ii) Processos trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados ou ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido o depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído, considerando-se a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. O valor mencionado com probabilidade de perda indicada como POSSÍVEL, tratam-se de ações civis públicas propostas contra o Banpará, pelo Sindicato dos Bancários do Pará e pela Associação dos Funcionários do Banpará - AFBEP, cujo objeto é descaracterização de diversas funções de confiança no Banpará, redução da jornada de trabalho Demonstrações Financeiras - Junho/2016 34 para 6 horas, 7ª e 8ª horas como extra e reflexos legais, dentre outros pedidos correlatos - dos últimos 05 anos.

(iii) Obrigações tributárias - O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores

jurídicos. As principais questões em valores reais, em 30 de junho de 2016, são:

- **CPMF:** R\$2.740 (R\$2.353 em 30 de junho de 2015). Trata-se de uma Ação Anulatória de Débito Tributário em que o Banco impugna judicialmente a imposição de multa decorrente da mora na entrega de declarações relacionadas à CPMF. No mérito, é discutida a legitimidade da referida imposição de multas fiscais criadas por instrumentos infralegais, sem vínculo direto com a lei, no sentido formal e material, em desrespeito ao princípio da estrita legalidade tributária. A tese tem amparo em posição doutrinária e jurisprudencial.

- **ITR:** R\$62 (R\$53 em 30 de junho de 2015). Trata-se de execução fiscal decorrente do não recolhimento de ITR incidente sobre imóvel rural recebido pelo Banco em dação em pagamento. O Banco impugna judicialmente a imputação de responsabilidade tributária efetivada através de execução fiscal já em curso. Os acertamentos da responsabilidade tributária, nesses casos, devem ser efetivados ainda no procedimento administrativo, antes do acerto definitivo da Certidão de Dívida Ativa (CDA). A tese tem respaldo doutrinário e jurisprudencial.

Movimentação das provisões:

	30.06.2016			31.12.2015		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
No início do exercício	15.278	11.387	3.023	2.513	10.084	2.699
Atualização monetária	1.093	965	230	885	1.071	135
Constituições	10.486	11	-	7.907	283	-
Reversões	(1.700)	(20)	(451)	(980)	(51)	-
Pagamentos	(18)	(2.195)	-	-	(86)	-
No final do Semestre	25.139	10.148	2.802	10.325	11.301	2.834

13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. Os acionistas do Banco do Estado do Pará, em Assembleia Geral Extraordinária, em 08 de junho de 2016, deliberaram sobre o aumento de capital através da incorporação de reservas de lucros, sem alteração do número de ações. Havia registrado na rubrica reserva de lucros o valor de R\$ 122.242 que após incorporação elevará o Capital Social de R\$569.316 para R\$691.762. Ressaltamos que o montante a ser incorporado está registrado na rubrica Aumento de Capital, aguardado homologação do Banco Central do Brasil.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco.

Acionista	30.06.2016 Quantidade	%	30.06.2015 Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,976727%	9.519.433	99,976727%
Caixa de Previdência e Assistência aos funcionários do Banpará	755	0,007929%	755	0,007929%
Administradores	9	0,000095%	10	0,000105%
Demais Acionistas	1.452	0,015249%	1.451	0,015239%
Total	9.521.649	100%	9.521.649	100%

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANCO, em circulação.

Espécie e em circulação	Ações não em Classe de Ação	Ações em circulação ¹	Total de circulação ²	% Ações ações
ON	9.519.442	2.207	9.521.649	0,000232

¹ Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

² Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

13.2 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

O Banpará adota uma política de remuneração do capital distribuído juros sobre o capital próprio O Banpará adota uma política de